
Ata da II Reunião do Fórum da Escola de Governo Fiocruz – EGF-Fiocruz

Dia 8 de novembro de 2019/ Auditório do CDHS - COC – Fiocruz (RJ)

- 5 **Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)**
Presidente: Nísia Trindade Lima (representante legal da Mantenedora Fiocruz)
Vice-presidência de Educação, Informação e Comunicação (VPEIC)
Vice-presidente: Cristiani Vieira Machado (coordenadora do Fórum da EGF)
Coordenação Geral de Educação (CGE)
- 10 Coordenadora: Maria Cristina Guilam (Procuradora Institucional da EGF; coordenadora executiva da EGF)
Coordenadora-adjunta: Eduarda Ângela Pessoa Cesse
Coordenação dos Cursos Lato Sensu (CLS)
Coordenadora: Isabella Delgado (coordenadora executiva adjunta da EGF)
- 15 **Assessor da EGF**
Paulo Carvalho
Relator
Alex Bicca
- 20
- No dia 8 de novembro de 2019 realizou-se, no Rio de Janeiro, a reunião do Fórum da Escola de Governo da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), com a participação de 22 pessoas:
- 25 **Casa de Oswaldo Cruz (COC):** Anderson Boanafina, Carla Gruzman | **Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp):** Rafael Arouca, Jordânia Lira da Costa | **Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV):** Luiz Maurício Baldacci | **Fiocruz Amazônia – ILM D – Cláudia Velázquez** (webconferência) | **Fiocruz Brasília – Escola Fiocruz de Governo (EFG):** Luciana Sepúlveda Koptke | **Fiocruz Mato Grosso do Sul:** Silvia Helena M. de Moraes (webconferência) | **Fiocruz Pernambuco – Instituto Aggeu Magalhães (IAM):** Domício Sá (webconferência) | **Instituto de Ciência e**
- 30 **Tecnologia em Biomodelos (ICTB):** Maria Carolina Souza | **Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT):** Luciana Martins | **Instituto Nacional de Controle da Qualidade em Saúde (INCQS):** Maralene Pereira | **Instituto Nacional de Infectologia**
- 35 **Evandro Chagas (INI):** Adriana Geisler, Suze Rosa Sant’Anna | **Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira (IFF):** Adriana Teixeira Reis, Monique Brandão Comes | **Instituto Oswaldo Cruz (IOC):** Silvana Aparecida Rogel Carvalho Thiengo **Vice-Presidência de Educação, Informação e Comunicação (VPEIC):** Alex Bicca Corrêa, Carmen Lúcia Pagotto, Cristiani Vieira Machado, Isabella Delgado, Paulo Sergio de Carvalho
-

Sessão de Abertura

(Cristiani Machado e Isabella Delgado)

Escola de Governo Fiocruz no contexto atual e desafios para 2020: apresentações e debate

5 (Cristiani Machado, Isabella Delgado, Paulo Carvalho)

A vice-Presidente de Educação, Informação e Comunicação da Fiocruz, Cristiani Machado apresentou de forma breve uma visão do contexto atual. Falou dos cortes que afetaram os órgãos de fomento à pesquisa (CAPES e CNPq) e o impacto que isso causa na instituição. Citou as bolsas PIBIC, que já são, em grande parte, financiadas pela Fiocruz e ressaltou que houve um movimento de recompor as bolsas PROVOC.

Segundo Cristiani, a desestruturação do sistema da saúde impacta nos nossos alunos, sobretudo aqueles das residências, que são oriundos do próprio sistema e que o utilizam os campos de prática. Cristiani citou a reforma econômica e administrativa, proposta pelo governo, e que ainda não houve uma avaliação mais aprofundada sobre os seus efeitos, principalmente, na área da saúde. “É um cenário muito complexo e que traz preocupações. É difícil saber o conjunto dos efeitos, pois nós estamos em processo”, ressaltou.

Um dos elementos é o Decreto nº 9.991/2019, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, que vai ser discutido com mais profundidade e será objeto de informe qualificado no próximo CD. Dentro deste Decreto – nos Art.13 e Art.14 – há uma proposta de que a ENAP coordene as ações relativas ao modelo de formação do funcionalismo federal. Cristiani explicou que a Fiocruz já tem uma relação histórica com a ENAP, mas o credenciamento da instituição é via MEC para oferta de cursos de Especialização *Lato sensu* e a Fiocruz está credenciada até 2025. A avaliação da VPEIC é que a Fiocruz tem um modelo de formação que atende demandas de acordo com os atores setoriais da saúde e, portanto, o credenciamento do MEC, por ora, é o que corresponde melhor ao tipo de oferta que a Fiocruz oferece.

Cristiani falou que este é um momento de trabalhar de forma mais participativa no PDI. A ideia é ter um PDI mais robusto e é importante que estejam as várias dimensões da educação da Fiocruz.

30 **Debate:**

Alguns participantes manifestaram preocupação com a publicação do Decreto nº 9.991/2019 e a sua relação com a dificuldade das Unidades de captar alunos. Reforçam a importância do PDI abranger outras dimensões educacionais, mas alertam para que o documento não fique descolado do Congresso Interno da Fiocruz e que dê conta de toda a produção institucional. Também foi apontada a necessidade de integração e de debate interno sobre formas de reorganização frente à conjuntura.

Cristiani comentou que, apesar da conjuntura, houve um aumento na quantidade de programas de pós-graduação nos últimos anos. Foi um crescimento muito expressivo no *Stricto sensu*. Ressaltou ainda que nosso *Lato sensu* é muito vigoroso, citando exemplos de cursos consagrados na ENSP, como a Especialização em Saúde Pública.

Segundo Cristiani, para a diminuição da demanda existem algumas questões: a conjuntural, por exemplo, pois trabalhamos para o SUS e há uma descentralização/expansão de oferta em outras regiões do país. Insegurança em virtude da crise não levou a um aumento por procura de bolsas. Pelo contrário, há um aumento na precarização do trabalho. E a procura por bolsas cai porque, de acordo com Cristiani, ao invés de estudar, as pessoas preferem optar por garantir o seu emprego.

Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI

O assessor da VPEIC, Paulo Carvalho, realizou a apresentação feita na CTE (ocorrida nos dias 16 e 17 de outubro) sobre a proposta de revisão do PDI. Falou da necessidade de inclusão do *Stricto sensu*, Residências, Educação Profissional em Saúde e Qualificação Profissional. Indicou que esta revisão deverá ter uma diretriz minimalista e realista, ou seja, partirá da melhoria do documento já existente.

Deverá ocorrer uma atualização de informações do *Lato sensu*, incluindo contribuições da autoavaliação que será realizada pela CPA. Paulo afirmou que o Congresso interno da Fiocruz é o grande plano e que o atual PDI é baseado no 7º Congresso Interno. Nós temos o Planejamento de Metas e Orçamento. Todas as áreas têm o seu planejamento. O PDI é um instrumento orientador para o planejamento da educação da Fiocruz e ressaltou que a área internacional tem aumentado a demanda.

O PDI busca responder a cada um dos indicadores de avaliação (que é realizada pelo INEP). É um documento geral da instituição, porém dá um enfoque maior no aspecto educacional. Ele segue o

Congresso Interno, mas é um documento de planejamento. Busca se basear em documentos oficiais.

5 **Encaminhamento** - Cristiani falou na CTE para fazer um pequeno informe para os coordenadores introduzirem no Sucupira. Mandar um informe com o link do PDI e o informe do processo de atualização do novo PDI.

Plano de Trabalho da Escola de Governo: atualizações, debate

(Isabella Delgado e Paulo Carvalho)

10 Isabella Delgado apresentou as propostas do Plano de Ação da Escola de Governo da Fiocruz que foram organizadas na reunião de maio. O Plano de Ação está dividido em 4 eixos:

1. Integração das unidades
2. Diretrizes político-pedagógicas
3. Fluxos e regulação

15 4. Acompanhamento e monitoramento

A respeito do eixo “Fluxos e regulações”, Isabella informou que há um processo de atualização do regimento geral do LS e de harmonização com o regimento do *Stricto sensu*. Também lembrou da necessidade de pactuação e adoção de procedimentos comuns mínimos relacionados à organização da oferta educacional. Foi apresentada uma proposta de organizar um Guia “Orientações gerais sobre a organização dos cursos *Lato sensu* presencial e EAD”, com o objetivo de ampliar o escopo do texto de Orientações Gerais, já existente, atualizando fazendo atualizações necessárias, incluindo aspectos sobre a Resolução CNE/CES nº 1/2018 e definições relativas à EGF. Além disso, o Guia pode cotejar com as definições do novo regimento LS e com as propostas relativas do novo PDI. Foi sugerido definir um GT na Reunião do Fórum.

25

Modelo de Certificado de Especializações

Isabella lembrou que após o credenciamento da EGF, em 2017, a CGE fez uma atualização nos textos do certificado dos cursos de Especialização e enviou para as Unidades. Na mesma ocasião, foi editada a Portaria Fiocruz 928/2017 que estabeleceu a delegação da Presidência para diretores de Unidades assinarem os certificados.

30

A ENSP apresentou, em agosto de 2017, um Parecer Técnico com divergências; e a CGE apresentou uma resposta a esse Parecer em janeiro de 2018, mas o assunto não foi concluído.

5 Foi realizada uma consulta às Unidades sobre atualização nos textos e análise da situação dos certificados de cada Unidade, com o objetivo de esclarecer pontos regulatórios e definir um certo grau de padronização necessário/desejável e as diferenças a manter entre os certificados de unidades (atendendo necessidades específicas). A maioria das Unidades já segue o modelo sugerido.

10 No entanto, o modelo proposto pela CGE (2017, com atualizações 2019) propõe padronização básica, sendo uma orientação geral, que poderá ter suas diferenciações em cada unidade (dependendo de suas especificidades).

A proposta é analisar cada diferença/divergência à luz da legislação e das necessidades institucionais e amadurecer o posicionamento coletivo, inserindo as orientações comuns no documento geral com orientações sobre o *Lato Sensu* (em fase de revisão), como a Portaria nº 331/2017, que credenciou a Fiocruz como Escola de Governo.

15 **Debate:**

20 Os participantes sugeriram que o Guia “Orientações gerais sobre a organização dos cursos Lato sensu, presencial e EAD”, também seja virtual para que possa ser atualizado de forma permanente. O regimento e o Guia estão interligados. Sugerem que o Guia deve ser um documento muito mais da regulação do que de procedimentos. Afirmam que há um esforço para atualização do SIGA, mas que há uma dificuldade de regularizar as Residências. É necessário incentivar uma cultura de compartilhamento de experiências e de compartilhamento de boas práticas.

25 Outro ponto importante, que foi levantado, é em relação ao estabelecimento de prazo para entrega do TCC. A não conclusão de um curso de especialização dá direito a certificado de atualização? E a não conclusão de um curso de *Stricto sensu*, pode gerar um certificado de especialização, conforme prevê a Resolução CNE/CES nº 1/2018? Para Anderson Boanafina (COC), o *Stricto sensu* tem um desenho completamente diferente do *Lato sensu*, então não é possível certificar alunos que não concluíram o SS com certificados de LS. Também foi apontada a dificuldade de certificação de alunos com problemas de obter diplomas de graduação. A

alternativa tem sido certificar os alunos em duas modalidades diferentes: qualificação e especialização.

Foi sugerido, também, que haja uma regulamentação comum sobre cobranças de taxas e isenções e unificar as nomenclaturas utilizadas pelas Unidades (matrícula/turma).

- 5 Sobre o modelo de certificado, Anderson lembra que a Resolução CNE/CES nº 1/2018 prevê que deve constar no verso do documento o ato de credenciamento.

10

Plano de Autoavaliação da Fiocruz: apresentações e debate (Adriana Geisler)

A presidente da CPA-Fiocruz iniciou sua apresentação falando da criação da CPA, instituída em fevereiro de 2016, como uma das exigências para o credenciamento institucional da Fiocruz como Escola de Governo. (ANEXO 3). Apresentou as bases teórico-metodológicas do Plano de Autoavaliação Institucional: 1. Avaliação em processo; 2. Indissociabilidade AVALIAÇÃO E COMPARTILHAMENTO; 3. Indissociabilidade avaliação e planejamento; 4. Indissociabilidade Avaliação e pesquisa 5. AUTOAVALIAÇÃO PEDAGÓGICA; 6. Avaliação participativa.

Adriana comentou que uma das atribuições da CPA é coordenar e implementar o processo de autoavaliação institucional relacionado à oferta de cursos de pós-graduação lato sensu pelas unidades da Fiocruz.

O processo de autoavaliação, conforme Adriana, é um trabalho que iniciou antes da elaboração do Plano de Autoavaliação. Citou a Oficina de Avaliação do Ensino: a perspectiva do caminho da qualidade nas Escolas não universitárias do campo da saúde, ocorrida em dezembro de 2018, como parte deste processo.

A presidente da CPA lembrou da criação de um GT de autoavaliação com o objetivo de elaborar o instrumento de avaliação. Também apresentou o cronograma do Plano de Autoavaliação e da realização de um painel de especialistas com o objetivo de validar o instrumento. Falou da oficina de feedback com os gestores e construção de propostas para o próximo biênio. Adriana ressaltou

a dificuldade da contribuição para o PDI em relação ao cronograma proposto, mas entende que a avaliação é um processo e pode contribuir com os aspectos para o PDI.

Debate:

Alguns aspectos importantes foram levantados pelos participantes. Dentre os quais, destacam-se:

- 5 1- É importante observar que se trata de uma avaliação institucional e não uma avaliação de cursos. Deve-se observar, e tratar de forma diferente, questões relativas às Unidades e questões relativas à Fiocruz
- 2- Observar os critérios de inclusão: professores convidados; técnico-administrativos terceirizados/bolsistas (sensibilização)
- 10 3- Como lidar com a questão dos docentes que dão aula em mais de uma Unidade?
- 4- Quem é considerado docente no *Lato sensu*?
- 5- Como melhorar a linguagem do questionário? Como fazer com que a linguagem seja mais simples?
- 6- Utilizar um modelo de Carta de Sigilo nos questionários
- 15 7- Elaborar um texto explicativo por blocos/eixos de perguntas

Paulo Carvalho diz que a autoavaliação deveria compilar os processos de avaliação que existiam dentro da instituição. Periodicamente temos ciclos de 3 em 3 anos de autoavaliação. Podemos colocar ponderações avaliativas parciais do que vem da CPA e trabalhar com anexos dentro do PDI.

- 20 Luciana Sepúlveda acrescenta que o ciclo de avaliação deveria acompanhar o ciclo do PDI. Não estão claras as dimensões. A clareza dessas variáveis dará a dimensão de quem vai ser incluído ou excluído.

- Isabella destaca que a linguagem do instrumento está muito ligada à linguagem do MEC e que se deveria fazer um esforço para tornar essa linguagem mais simples. Por questões éticas, sugere utilizar um modelo de Carta de confidencialidade de dados dos respondentes. As diferentes dimensões, Fiocruz e Unidade, devem ser tratadas em blocos separados. O docente tem que ter uma explicação do porque ele está respondendo cada bloco.
- 25
- 30

Encaminhamentos:

- Organizar GT para elaboração do Guia “Orientações gerais sobre a organização dos cursos Lato sensu, presencial e EAD”
- Regimento do *Lato sensu*: 1. Finalização; 2. Consulta; e 3. Aprovação no CD
- 5 • Certificados de especialização: 1. Concluir itens que devem constar no verso; 2. Rever Portaria nº 928/2017; e 3. Comunicado CE/EGF para as Unidades (incluir no guia?)
- Marcar a próxima reunião do FEGF (março ou abril) junto com a CTE
- Atualização do SIGA deve gerar um relatório com sistematização (aperfeiçoamento do Lato sensu)
- 10 • GT de Apoio à Regulação – sugestão de nomes: Jordânia e Adriana Coimbra (ENSP); Anderson e Sandro (COC); Monique (IFF); Luciana (ICICT); Helenice (Fiocruz Brasília); Susana (apoio).